



Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

Soluções Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe derem a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. Foram distribuídos no exercício o montante de R\$ 33 milhões (R\$ 13 milhões em 2016). **Patrimônio líquido e resultado:** O patrimônio líquido da Instituição ao final do exercício é R\$ 279.466 milhões (R\$ 256.863 milhões em 2016). O lucro do exercício é R\$ 55.664 milhões (R\$ 19.137 milhões em 2016). São Paulo, 28 de fevereiro de 2018 **R. A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		1.675.479	1.717.613
Disponibilidades	4	208.572	6.073
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	208.572	171.009
Aplicações no mercado aberto		208.572	158.080
Aplicações em depósitos interfinanceiros		100	13.526
Títulos e valores mobiliários	6	4.524	147.299
Carteira própria		4.339	147.190
Vinculados à prestação de garantias		585	109
Instrumentos financeiros derivativos	7	20.432	
Operações de crédito	8	1.057.523	1.052.930
Sector privado		1.057.523	1.052.930
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		1.870	249.894
Outros créditos	8g	230.290	235.363
Diversos		345.848	307.655
Diversos (Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		27.199	(1.552)
Outros valores e bens	9	22.288	33.590
Bens não destinados a uso	10a	1.122	3.392
Provisões para desvalorização	10a	(1.292)	(1.426)
Despesas antecipadas	10b	19.458	31.624
Realizável a longo prazo		630.538	677.054
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.731	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.731	—
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	26.077	48.689
Carteira própria		15.208	48.158
Vinculados à prestação de garantias		10.869	631
Operações de crédito	8	491.741	416.055
Sector privado		518.762	398.738
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		—	76.203
Outros créditos	8g	37.011	49.896
Diversos	9	105.162	159.567
Outros valores e bens	10b	14.923	52.753
Despesas antecipadas		14.923	52.753
Permanente		141.767	65.696
Investimentos	11	139.329	43.177
Participações em controladas		139.329	43.177
Imobilizável de uso		2.438	2.919
Outras imobilizações de uso		7.725	7.246
(Depreciação acumulada)		(5.287)	(4.727)
Total do ativo		2.447.880	2.440.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		1.138.308	858.752
Depósitos	12	303.303	136.991
Recursos de depósitos interfinanceiros		98.716	3.468
Depósitos a prazo		205.087	133.523
Recursos de acéites e emissão de títulos	12	649.711	414.983
Recursos de acéites cambiais		649.711	414.983
Outras obrigações	13	185.294	306.778
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.150	928
Fiscais e previdenciárias		36.733	44.225
Diversas	15	147.411	261.615
Exigível a longo prazo	15	1.027.416	1.322.431
Depósitos	12	340.106	414.376
Depósitos a prazo		340.106	414.376
Recursos de acéites e emissão de títulos	12	479.183	711.016
Recursos de acéites cambiais		479.183	741.016
Outras obrigações	12	208.127	167.039
Letras financeiras subordinadas		22.288	33.590
Diversas	13	104.299	75.732
Resposta de exercícios futuros	13	2.690	2.337
Resultado de exercícios futuros		2.690	2.337
Patrimônio líquido	17	279.466	256.863
Capital		164.088	164.088
De domicílios no País		164.088	164.088
Ajustes de avaliação patrimonial		(62)	(11)
Reserva de lucros		115.430	92.768
Total do passivo		2.447.880	2.440.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos no início do exercício de 2016	164.088	4.829	81.900	—	—	250.817
Ajuste de avaliação patrimonial - IVM disponíveis para venda	—	—	—	(27)	—	(27)
Lucro do exercício	—	—	—	19.137	19.137	19.137
Distribuição de dividendos:	—	—	(13.000)	—	(13.000)	(13.000)
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	957	—	—	(957)	—
Reserva de lucros	—	—	18.180	—	(18.180)	—
Saldos no fim do exercício de 2016	164.088	5.786	68.900	(1)	—	238.762
Saldos no início do exercício de 2017	164.088	5.786	68.900	(1)	—	238.762
Ajuste de avaliação patrimonial - IVM disponíveis para venda	—	—	—	(51)	—	(51)
Lucro do exercício	—	—	—	—	55.664	55.664
Distribuição de dividendos:	—	—	(33.000)	—	(33.000)	(33.000)
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	2.783	—	—	(2.783)	—
Reserva de lucros	—	—	32.981	—	(32.981)	—
Saldos no fim do exercício de 2017	164.088	8.569	106.981	(52)	—	279.466
Saldos no início do 2º semestre de 2017	164.088	7.234	101.493	(7)	—	272.808
Ajuste de avaliação patrimonial - IVM disponíveis para venda	—	—	—	(45)	—	(45)
Lucro do semestre	—	—	—	—	26.703	26.703
Distribuição de dividendos:	—	—	(20.000)	—	(20.000)	(20.000)
Destinações do lucro:	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	1.335	—	—	(1.335)	—
Reserva de lucros	—	—	25.369	—	(25.369)	—
Saldos no fim do exercício de 2017	164.088	8.569	106.981	(52)	—	279.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Omni ou Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso de referidos meios eletrônicos de pagamento. Em 03 de maio de 2017, o Banco Central, por meio do Ofício 0038/2017, aprovou a transferência do controle acionário da Omni Banco S.A. para a Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos a operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017. A Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	31/12/2017	31/12/2016
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
Omni Companhia Sotizadora de Créditos Financeiros	99,99%	99,99%	99,99%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99%	99,99%	99,99%
Omni Banco S.A.	100 %	—	—

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições creditícias e financeiras em moeda nacional, aplicadas no mercado aberto e a prestação de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2018. As demonstrações financeiras da Instituição foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 4.040/73, alterações introduzidas pela Lei nº 11.639/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Regime do Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração do Custo de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre o Parto, Resolução Baseado em Aplicação de CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 26 - Benefícios a Empregados).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apreciação do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições creditícias e financeiras em moeda nacional, aplicadas no mercado aberto e a prestação de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil que requerem a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive de derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devendo a imprevisão inerente ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data da elaboração das demonstrações financeiras. **d. Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos efeitos tributários e ajustadas pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros forem destinados a longo prazo, com prazos e taxas iguais à da operação objeto de "hedging", são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN. Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. A avaliação das operações de futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em move, risco, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estejam em conta de compensação são classificadas como H e as renegociadas somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anterior referida. **Cessões de crédito:** As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidos com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser ajustada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato. Os ajustes decorrentes da reversão da FCLD registrada em duplicidade na carteira dos fundos e na Instituição (a partir de 2014) e os ajustes decorrentes da consolidação da carteira das operações em comum entre os Fundos e a Instituição (lanstros), são contabilizados na rubrica de "Outras Obrigações". **e. Outros valores e bens:** • Despesas antecipadas: As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fatura dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixo prazo para cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. Conforme circular 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela originadora das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 foram reconhecidas a resultado um tempo e dos terços respectivamente do valor total pago no ato do registro no resultado, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na facilidade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo máximo de 36 meses, ou durante o prazo dos contratos, quando da liquidação ou da baixa da operação. • Bens não de uso: Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f. Permanente: Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplem a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança; 20% para sistema de processamento de dados e veículos; **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.189, de 8 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2016, e o período utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%. **k. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas

disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2005, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, sob as seguintes condições: • Apresentar histórico do lucro ou receita tributária para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme e com, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2º Semestre	Exercícios	Total
	2017	2017	2016
No início do semestre/exercícios	366.465	177.681	308.976
Disponibilidades	2.199	6.073	6.564
Aplicações no mercado aberto	380.978	158.080	82.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.279	13.528	2.410
No final do semestre/exercícios	214.364	214.364	177.681
Disponibilidades	5.692	5.692	6.073
Aplicações no mercado aberto	208.572	208.572	158.080
Aplicações em depósitos interfinanceiros	100	100	13.528
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(172.092)	36.683	86.706

Aplicações com prazos de vencimentos variados, são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento:

	2017	2016		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	2016
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada				
Letras financeiras de investimento - LFI	109	15.117	26.662	26.662
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.549	—	8.549	142.072
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	73.489	—	73.489	16.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	100	2.731	2.931	15.528
Total	208.627	2.731	211.403	177.681

Em 2017, tivemos operações em depósitos interfinanceiros, referentes a aplicações em CDI Pós-Fixado junto ao Omni Banco S.A., atualizadas a 100% do CDI com vencimento até janeiro de 2018 no montante de R\$ 100 (R\$ 0 em 2016). **b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:** Classificadas nas demonstrações de resultados como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º Semestre	Exercícios	Total
	2017	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:	9.916	24.164	12.394
Resposta bancada	—	—	—
Resposta de aplicação em quotas de fundo de investimento	187	3.320	1.558
Total	10.103	27.484	13.952

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento:

	2017	2016			
	De 0 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total	2016
Disponível para venda:					
De 0 a 12 meses	4.339	—	—	4.339	195.457
De 13 a 36 meses	—	—	—	—	—



Soluções Financeiras

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Saldo no início do semestre/exercícios	450.030	346.301	1.312.756	
Resultado do exercício (i)	142.019	433.603	1.159.648	
Reversão (ii)	(4.178)	(6.737)	(51.755)	
Reajuste para prejuízo	(767.941)	(443.637)	(2.073.949)	
Saldo no fim dos semestres/exercícios	330.030	330.030	346.301	

(i) A PCLD constituída no exercício está representada pelas operações originadas das carteiras adquiridas no valor de R\$ 116.839 (R\$ 834.546 em 2016) (nota 8e) o qual não transitou pelo resultado e a provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 316.765 (R\$ 325.102 em 2016). (ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 25.776 (R\$ 126.135 em 2016) foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fundos de Investimentos Direitos Creditórios, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimentos de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 19.039 (R\$ 84.125 em 2016). **b. Cessões de crédito:** As cessões de crédito sem cobrificação com retenção substancial de risco são realizadas com FIDCs, nos quais a instituição detém cotas subordinadas, as cessões de créditos realizadas com o Omni Banco S.A. são sem cobrificação, e os créditos securitizados são realizados à Companhia Securitizadora, como segue:

	2017	2016
Sem cobrificação, com retenção substancial de risco	31.173	—
Creditos cedidos sem cobrificação	161.163	9.619
Creditos securitizados	9.619	20.172
Total	170.782	51.245

Resultado na cessão de operações de crédito com cobrificação (i)
Resultado líquido com cessões de crédito sem cobrificação (ii)
Resultado de operações de cessão de créditos, líquidos de despesas com liquidações antecipadas e parcelas homologadas de cobrificações

	2017	2016
(i) Capitalização na rubrica "Resultado com operações de crédito": (ii) Referem-se ao prejuízo de securitização e à cessão de crédito sem cobrificação no exercício. Foram reconhecidas no exercício receitas de juros por as operações regidas de acordo com a Resolução CMN nº 353/3 montante de R\$ 22.870 (R\$ 188.712 em 2016), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros", tendo sido apropriadas no exercício despesas de juros no montante de R\$ 22.520 (R\$ 215.254 em 2016) registrados na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".	3.846	(963)

(i) Composição pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de crédito, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos (Nota 8e).

10. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens não destinados a uso: Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2017 seus saldos totalizavam R\$ 2.830 (R\$ 1.966 em 2016).

b. Despesas antecipadas: Referem-se, basicamente, a:

	2017	2016
Comissão sobre colocação dos FIDCs	—	3.361
Comissão sobre colocação LC	5.555	10.319
Custos de origem de operações de crédito	10.845	50.855
Consultoria estratégica	11.565	19.920
Outras	416	122
Total	34.381	84.577

Conforme circular 3.693/2010 do Bacen, as comissões pagas pela origem das operações de crédito, ocorridas em 2015 e 2016 são reconhecidas a resultado 1/2 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

11. INVESTIMENTOS

	2017				
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática	Omni Companhia de Seguros	Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Omni Banco S.A.
Saldo em 31.12.2016 - Investimento	939	16.030	15.312	10.896	—
Patrimônio líquido da investida	10.126	12.159	15.994	90.510	140.346
Resultado do exercício da investida	7.083	16.127	282	1.060	14.660
Distribuição de dividendos (i)	(19.998)	—	—	—	(19.998)
Porcentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	100,00%	—
Aumento de capital (ii)	1.800	—	—	22.590	24.380
Aquisição de ações (iii)	—	—	—	53.293	53.293
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	(29)	(29)
Equivalência patrimonial	6.373	16.125	282	1.060	14.660
Saldo em 31.12.2017 - Investimento	9.112	12.157	15.994	11.956	90.510

	2016				
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática	Omni Companhia de Seguros	Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Omni Banco S.A.
Saldo em 31.12.2015 - Investimento	1.408	3.317	16.396	10.208	31.329
Patrimônio líquido da investida	1.043	16.032	15.312	10.897	43.284
Resultado do exercício da investida	9.478	12.714	(1.084)	688	21.796
Distribuição de dividendos (i)	(8.999)	—	—	—	(8.999)
Porcentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	99,99%	—
Equivalência patrimonial	8.530	12.713	(1.084)	688	20.847
Saldo em 31.12.2016 - Investimento	939	16.030	15.312	10.896	43.177

(i) Conforme AGE de 18 de dezembro de 2017, foi autorizado o aumento de capital na Agility Gestão e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 1.800. (ii) Conforme AGE de 24 de maio de 2017, foi autorizada a antecipação de dividendos dos resultados de 2017 pela Omni Informática Ltda. no montante de R\$ 19.998. (iii) Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 0008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Omni Banco S.A. para o Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos. A operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017. (iv) Conforme Décima Terceira Alteração Contratual realizada em 10 de março de 2017, fica alterada a denominação social da empresa Omni Gestão e Cobrança Ltda. para Agility Gestão e Cobrança Ltda. (v) Conforme AGE de 30 de junho de 2016, foi autorizada a antecipação de dividendos dos resultados de 2016 pela Agility Gestão e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 8.999.

12. OBRIGAÇÕES

a. Abertura por prazo de vencimento:

	Acima									
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	15 a 20 anos	Total	Total		
Depósitos interfinanceiros	98.216	—	—	—	—	—	98.216	3.468		
Depósitos a prazo	43.254	161.833	82.225	15.754	219.698	22.429	545.193	547.899		
Recursos de acções cambiais - letras de câmbio	205.338	444.373	383.416	42.574	26.590	26.603	1.128.894	1.155.999		
Letras financeiras subordinadas	—	—	—	103.828	103.828	—	207.656	91.307		
Total	346.808	606.206	465.641	58.228	246.288	152.860	1.876.131	1.798.673		

O volume de Acções Cambiais e Depósitos a Prazo com liquidez imediata montam R\$ 26.638 em Dez/2017.

b. Despesas com operações de captação do mercado:

	2º Semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Depósitos interfinanceiros	(1.815)	(2.833)	(2.453)	—
Depósitos a prazo	(31.495)	(78.851)	(96.811)	—
Despesas de operações compromissadas	(3)	(39)	(44)	—
Recursos de acções cambiais	(76.761)	(175.586)	(160.649)	—
Outras despesas de captação	(1.625)	(1.625)	(1.625)	—
Total	(111.700)	(260.877)	(262.892)	—

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	2.271	337.460
(ii) Reversão PDD - FIDC IN 489	(1.708)	(96.137)
Provisão para pagamentos a efetuar	6.566	3.946
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	26.510	21.727
Credores diversos - pass:	—	—
Comissões a pagar (ii)	5.562	3.401
Credores a resparar por operações de cessão de crédito (iii)	109.769	6.369
Credores a pagar bandeira - Private Label e Visa (iv)	77.194	36.330
Credores por aquisição de créditos (v)	1.739	7.423
Outras cotas a pagar	9.769	6.335
Outras obrigações	14.038	12.313
Total	251.710	497.847

(i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão de contrato e valores a resparar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios no montante de R\$ 65 (R\$ 1.280 em 2016). Durante o exercício ocorreram o encerramento dos seguintes fundos: FIDC X e FIDC NP. (ii) As comissões a pagar estão representadas pelas parcelas devidas aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição. (iii) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para Instituições Financeiras não ligadas, referente a carteiras adquiridas no exercício. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic. (iv) Cartões a pagar - Bandeira estão representados por valores a resparar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito. (v) Composto pelo saldo remanescente do deságio das carteiras adquiridas (nota 8e), que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimentos ou pelo incremento de PCLD.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O auditor não emite opinião sobre os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

25. INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Patrimônio de referência

	2017	2016
Patrimônio de referência nível I	362.604	347.790
Capital Principal - CP	278.776	256.483
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	103.828	91.307
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	362.604	347.790
Patrimônio de referência (a)	362.604	347.790
RWA _{total} - crédito	166.347	166.654
RWA _{total} - operacional	47	—
RWA _{total} - operacional	77.950	60.669
Patrimônio de referência exigido (b)	244.344	227.522
Margem (a - b)	138.190	120.268
Risk - Juros carteira não negociável (c)	17.851	19.895
Margem (a - c)	368.842	327.895
Ativo ponderado pelo risco (i) (iii) (d)	2.641.556	2.304.022
Índice de Basileia (a/d)	14,8%	15,09%

(i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão de contrato e valores a resparar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios no montante de R\$ 65 (R\$ 1.280 em 2016). Durante o exercício ocorreram o encerramento dos seguintes fundos: FIDC X e FIDC NP. (ii) As comissões a pagar estão representadas pelas parcelas devidas aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição. (iii) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para Instituições Financeiras não ligadas, referente a carteiras adquiridas no exercício. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic. (iv) Cartões a pagar - Bandeira estão representados por valores a resparar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito. (v) Composto pelo saldo remanescente do deságio das carteiras adquiridas (nota 8e), que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimentos ou pelo incremento de PCLD.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 92.228.410/0001-02

14. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

a. Análise das provisões: A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, riscos de questões trabalhistas, processos de cobrança de dívidas, processos de cobrança de valores em nome de terceiros e na condição das demandas judiciais existentes, classificadas em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Movimentação das provisões:

	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2017	Constituição (Reversão)
Ações trabalhistas e cíveis (i)	189	3.795	11.251	22.715
Total	21.727	18.002	113.219	26.510

	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição (Reversão)	Saldo em 31/12/2017	Constituição (Reversão)
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.588	13.135	(8.996)	21.727
Total	17.588	13.135	(8.996)	21.727

(i) Refere-se a provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

b. Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda em 31 de dezembro 2017:

	2017		2016	
	Perdas	Riscos cíveis	Perdas	Riscos cíveis
Quantidade	189	3.795	11.251	22.715
Total	189	3.795	11.251	22.715

15. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Em 27 de novembro de 2013 a Omni aderiu ao parcelamento de débitos da COFINS de acordo com a Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, conforme protocolos nºs 16327/721355/2013-16 e 16327/721355/2013-16, no montante total de R\$ 76.630 a serem pagos da seguinte forma: 20% no ato no montante de R\$ 15.326 e o saldo de R\$ 61.304 a ser pago em 58 parcelas mensais de R\$ 1.039 atualizadas à taxa Selic. O saldo devolvido atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 21.514 (R\$ 39.942 em 2016), com contrabalanceamento na rubrica "Fiscais e Previdenciárias".

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, dedução do CP	66.255	66.255	10.464	10.464
Ações	847.538	847.538	686.886	686.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	316.764	316.764	325.102	325.102
Provisão para perdas outros valores e bens	18.021	18.021	13.538	13.538
Provisões operacionais	12.159	12.159	24.467	24.467
Provisão de participação no resultado	3.357	3.357	2.900	2.900
Recuperação de prejuízo fiscal	30.461	30.461	16.061	16.061
Participação em controladas/ligadas	2.075	2.075	5.651	5.651
Despesas não dedutíveis	631	631	507	507
Recuperação na cessão de crédito	262	262	—	—
Recebimentos carteiras adquiridas	461.221	461.221	296.279	296.279
Outras adições	1.917	1.917	2.047	2.047
Exclusões	(907.745)	(907.745)	(692.862)	(692.862)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(12.238)	(12.238)	(8.400)	(8.400)
Reversão de provisão para perdas e outros valores e bens	(6.456)	(6.456)	(700)	(700)
Reversão de provisões operacionais	(8.086)	(8.086)	(28.170)	(28.170)
Recuperação de créditos não dedutíveis para prejuízo	(67.987)	(67.987)	(261.633)	(261.633)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(219.539)	(219.539)	(214.129)	(214.129)
Reversão de provisão para contingências	(13.238)	(13.238)	(8.400)	(8.400)
Reversão de provisão de participação no resultado	(4.195)	(4.195)	(4.971)	(4.971)
Participação em controladas/ligadas	(40.576)	(40.576)	(28.408)	(28.408)
Outras exclusões	(21.602)	(21.602)	(27)	(27)
Lucro real antes da compensação	6.048	6.048	4.488	4.488
Compensação de créditos de liquidação duvidosa	(1.174)	(1.174)	(1.174)	(1.174)
Lucro real após a compensação	4.234	4.235	3.142	3.142
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	1.034	847	716	628
Dedução de despesas - Reversão/FUNCAID/PRONUM	(18)	(18)	(18)	(18)
Dedução incentivos fiscais - PAT	(18)	(18)	(18)	(18)
Alíquota de 15%				